manchete

Jornal Notícias

19-12-2019

Periodicidade: Diário
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 60963
Temática: Justica.Desporto
Dimensão: 2481 cm^2
Imagem: S/Cor
Página (s): 1/4/5

manchete

Jornal Notícias

19-12-2019

Periodicidade: Diário
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 60963

Temática: Justica.Desporto
Dimensão: 2481 cm²
Imagem: S/Cor
Página (s): 1/4/5

Advogado de Rui Pinto diz que mandado europeu violou direitos

Em causa o facto de o arguido ter sido acusado por mais crimes do que os do processo da Doyen

"Hacker" sabe no dia 13 se vai a julgamento. Advogado coautor de alegada tentativa de extorsão quer ser ilibado

Inês Banha
ines.banha@jn.pt

INSTRUÇÃO Foram ou não os direitos de Rui Pinto – o pirata informático a quem o Ministério Público (MP) imputa 147 crimes – violados ao ser acusado de um maior número de infrações do que aquelas que constavam do mandado de detenção europeu (MDE) que permitiu que o jovem fosse detido, em janeiro, na Hungria?

A questão dividiu ontem a sala grande do Campus de Justiça, em Lisboa, durante a debate instrutório do processo do hacker suspeito de, entre outros ilícitos, ter tentado extorquir, em 2015, entre 500 mil e um milhão de euros ao fundo de investimento Doyen Sports, em coautoria com o advogado Aníbal Pinto, igualmente arguido. De um lado, estiveram a procuradora da República e os mandatários dos assistentes, convictos de que não existiu nenhuma irregularidade; do outro, o advogado de Rui Pinto, Francisco Teixeira da Mota, para quem o "arguido não teve os seus direitos protegidos".

No próximo dia 13, data agendada pela juíza de instrução criminal Cláudia Pina para comunicar se o processo segue para julgamento e em que termos, saber-se-á quem, no entender do tribunal, tem razão.

Rui Pinto foi detido a 16 de janeiro, em Budapeste, ao abrigo de um MDE que enumerava apenas seis crimes, relacionados com o ataque à Doyen Sports e ao Sporting. Só meses mais tarde, após a Polícia Judiciária analisar o material informático apreendido na casa do jovem, surgiram as suspeitas de espionagem ao MP, à Federação Portuguesa de Futebol e à sociedade de advogados PLMJ. O âmbito do MDE acabou por ser alargado e o pirata foi acusado, em setembro, de 147 crimes, 75 dos quais por violação da correspondência.

E-MAIL

MP diz que Jesus e outros não têm de apresentar queixa

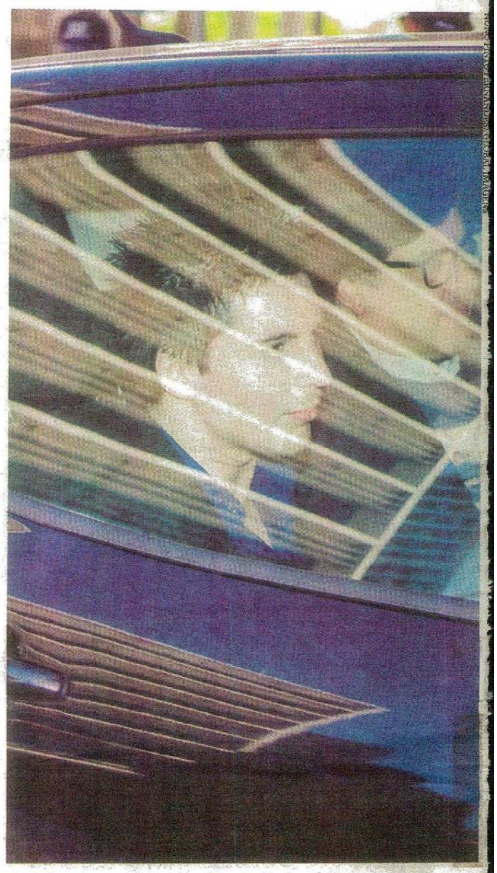
A inexistência de queixa por parte de 46 das personalidades alegadamente espiadas por Rui Pinto, entre as quais o treinador Jorge Jesus (foto), é um dos argumentos da defesa do pirata informático para fazer cair uma parte dos crimes de violação de correspondência. Ontem, a procuradora do MP defendeu que a queixa pode ser apresentada pelas sociedades detentoras das caixas de correio online, nomeadamente o Sporting. O advogado do "hacker" contesta essa legitimidade.

ALEGA SIGILO PROFISSIONAL

Teixeira da Mota sustenta que "não é possível, sob pena de violação de direitos, passar de dez para 140 infrações", mas para a procuradora não houve "irregularidade" no procedimento. Patrícia Barão alega que, além de não ser necessário indicar o número de vezes que determinado crime é praticado, a natureza dos crimes se manteve na extensão do MDE.

A magistrada quer, assim, que Rui Pinto vá a julgamento nos exatos termos da acusação do MP, tal como Aníbal Pinto. À saída, o advogado mostrou-se bastante exaltado com a posição e acusou a procuradora de só o manter no processo para que o hacker continue preso.

Nas suas alegações, o mandatário de Aníbal Pinto pediu, aliás, a ilibação do seu cliente. Amílcar Fernandes sustenta que o causídico não cometeu nenhum crime e que todos os contactos que efetuou com a Doyen estão sujeitos a sigilo profissional, não podendo, por isso, ser usados como prova. ●



Rui Pinto tem criticado a inação da justiça portuguesa WBL

Doyen defende que Rui Pinto é "hacker" e não um denunciante

Defensor do gaiense contrapôs com utilidade dos atos noutros países

Inês Banha
ines.banha@jn.pt

ESTATUTO A advogada que representa a Doyen Sports, Sofia Ribeiro Branco, defendeu ontem, em tribunal, que Rui Pinto – acusado de, entre outros crimes, ter tentado extorquir, em 2015, entre 500 mil e um milhão de euros àquele fundo de investimento – é "simplesmente" um "hacker" e não um "whistleblower" (denunciante, em português).

Apesar de a questão não estar em discussão na instrução do processo, a mandatária aproveitou a ocasião para tentar "desfazer o mito do alegado vitimizado whistleblower" que, no seu entender, tem sido adotado.

"Comportamentos como aqueles atribuídos a Rui Pinto não podem ser aceites e muito menos incentivados", considerou. Recordando que o estatuto de "whistleblower" está definido numa diretiva euro-

manchete

Jornal Notícias

19-12-2019

Periodicidade: Diário
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 60963
Temática: Justica.Desporto
Dimensão: 2481 cm²
Imagem: S/Cor
Página (s): 1/4/5

Governo quer apostar na justiça negociada

Costa garante que não importará modelo brasileiro da delação premiada. Sentenças negociadas podem ser opção

GERARDO SANTOS / GLOBAL IMAGENS

advogado e arguido Aníbal Pinto revoltado com o MP

GERARDO SANTOS / GLOBAL IMAGENS

Francisco Teixeira da Mota, advogado de Rui Pinto

peia, Ribeiro Branco sublinhou que, ao contrário do que esta prevê, o gaiense não trabalhava para as entidades cujo atos e documentos terá depois revelado no site "Football Leaks".

DOCUMENTOS LÍCITOS

"Qualquer comparação com Edward Snowden [o analista que denunciou um esquema de vigilância global norte-americano] é completamente ilegítima", afirmou, exemplificando com diversas situações, entre as quais o ataque à Procuradoria-Geral da República, em que o jovem terá extraído através de pirataria informática documentos sem qualquer caráter ilícito.

A alegação ficou sem resposta direta do advogado de Rui Pinto, Francisco Teixeira da Mota, que salientou, ainda assim, na sua intervenção, que a informação revelada tem tido utilidade prática para abrir investigações noutros países.

PORMENORES

Extorsão de 500 mil
Rui Pinto está acusado de ter tentado extorquir entre 500 mil e um milhão de euros ao fundo de investimento Doyen para parar a publicação de contratos da empresa no site Football Leaks.

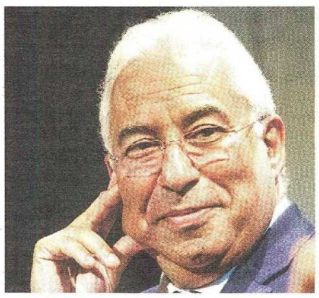
Sporting vítima
As caixas de e-mails de responsáveis do Sporting estão também entre os alvos apontados pelo Ministério Público. Os visados foram membros da Administração da SAD e das equipas técnicas.

Football Leaks
O Football Leaks, página virtual criada e alimentada por Rui Pinto, chegou a revelar contratos com jogadores e até uma auditoria interna do clube de Alvalade.

FPF pirateada
A Federação Portuguesa de Futebol foi outro dos alvos. Contactos dos árbitros e classificações obtidas por estes nas temporadas de 2014/2015 e 2015/2016 foram roubados.

Águias excluídas
A acusação não inclui os e-mails retirados das caixas de correio eletrónico do Benfica. No entanto, a investigação a este caso seguirá no âmbito de um processo autónomo.

Mercado do Benfica
Para o MP, não há dúvida de que foi Rui Pinto quem criou, em dezembro de 2017, o blogue Mercado de Benfica. Ao dia 18, pelas 18 horas, de todos os meses, era divulgada informação bombástica, designadamente mails do Benfica.



António Costa e Francisca Van Dunem preparam intervenção na lei

Nelson Morais
justica@jn.pt

LEGISLAÇÃO O Governo quer que os magistrados negoceiem mais com os suspeitos de crimes, para aumentar a rapidez e a eficácia do sistema de justiça. Foram estes objetivos que o levaram a anunciar a criação de um grupo de trabalho, do qual espera propostas até abril, e a apontar já para medidas concretas: o alargamento da colaboração premiada e a previsão legal de acordos de sentença. Não é impossível que Rui Pinto possa beneficiar das novidades.

O uso da palavra "premiada", em notícias sobre as intenções do Governo, levou alguns a anteverem a importação do modelo brasileiro da "delação premiada". Mas o primeiro-ministro, António Costa, garantiu ontem, ao "Público", que "as linhas de orientação que foram dadas ao grupo de trabalho para apresentar até abril não são uma mudança de paradigma". "Aquilo que a ministra fez foi apresentar um conjunto de medidas que são, essencialmente, aperfeiçoamentos de mecanismos que já existem", declarou Costa, destacando o exemplo da "colaboração premiada". Esta permite reduzir a pena a quem confessar os crimes, desde que o faça no prazo de um mês. "Se uma pessoa se arrepender dois meses depois, já não se pode negociar", contesta Costa, para defender que "faz sentido alargar" o prazo, para "haver maior colaboração".

Os acordos de sentença também estão na forja. E isso não surpreenderá quem se recordar da defesa que deles fez Francisca Van Dunem, atual ministra da Justiça, quando era procuradora-geral distrital de Lisboa. Em 2012, Van Dunem instruiu os procuradores do seu distrito judicial, sendo secundada pelo seu então homólogo de Coimbra, Euclides Dâmaso, para que negociassem a atenuação de penas, depois de deduzida acusação ou até antes, em troca da confissão dos crimes na primeira (e única) sessão do julgamento.

O caminho era apontado por uma obra do penalista Figueiredo Dias, que se inspirava no caso alemão e concluía que a lei portuguesa já permitia os acordos de sentença. Só que, em 2013, o Supremo Tribunal de Justiça decidiu que tais acordos só eram admissíveis se previstos na letra da lei. A alegada lacuna que o Governo poderá vir a preencher em 2020 – o ano em que o processo de Rui Pinto deverá chegar à fase de julgamento.

DIRETIVA DA UE

Proteger denunciantes
No final de 2018, o Parlamento Europeu aprovou uma proposta de diretiva para proteger denunciantes, ou "whistleblowers", segundo a qual membros de entidades que testemunhassem e denunciassem ilegalidades não seriam, por exemplo, demitidos ou processados.

Estados divergiram
O texto inicial da proposta alargava a proteção a pessoas não integradas em organizações, mas este ponto não mereceu acordo dos governos e foi excluído.

Delator premiado
O professor da Faculdade de Direito de Coimbra Jónatas Machado comentou, ao JN, que a proposta de diretiva tinha "pontos de contacto" com o nosso direito premial, admitindo que um "whistleblower" pudesse ser uma "espécie de delator premiado".